

**PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE APRECIÇÃO DA
CONFORMIDADE DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
“EMPREITADA DE PROTEÇÃO COSTEIRA, ORDENAMENTO DA BAÍA E
CAIS DE PASSAGEIROS DO PORTO DE SÃO ROQUE DO PICO”**

Documento INT-SRAAC/2024/4275

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao Anteprojeto da “Empreitada de Proteção Costeira, Ordenamento da Baía e Cais de Passageiros do Porto de São Roque do Pico”, abaixo abreviadamente “Empreitada na Baía e Porto de S Roque do Pico” ou apenas Empreitada, teve o início a 31 de maio de 2024, após a entrada na Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, de um E-mail contendo em anexo o suporte digital dos volumes que constituem o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), e, nesta mesma data e por igual via, de outro com os documentos que compõem o Anteprojeto.

Assim, a DRAAC constituiu a Comissão de Avaliação (CA) do EIA à Empreitada na Baía e Porto de S Roque do Pico formada pelos seguintes Serviços e respetivos representantes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), da DRAAC, que preside à CA, representada por Carlos Faria e Filipe Pires que substitui o primeiro nos seus impedimentos que igualmente apreciam as vertentes não cobertas pelas competências dos restantes Serviços que integram a presente CA;
- Portos dos Açores, S.A. (PA, SA), na qualidade de entidade licenciadora ou competente para autorizar o Projeto e, neste caso em particular, também é o proponente da Empreitada, representados por César Furtado, para apreciar os aspetos técnicos do Anteprojeto e do respetivo licenciamento;
- Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT), representada por Rita Dinis para a vertente do Ordenamento do Território e Ocupação do Solo;
- Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM) – representada por Alexandre Rodrigues para as vertentes relacionadas com a gestão da orla costeira, avifauna marinha, áreas balneares e sedimentos marinhos;
- Divisão de Gestão da Água (DGA), da DRAAC, representada por Filipe Empis, para as vertentes dos Recursos Hídricos terrestres na área de estudo;

- Serviço de Ambiente e Ação Climática do Pico (SAACP), da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática (SRAAC), representada por José Carlos Machado, para as áreas da Paisagem e Sociais da ilha.

O suporte digital do EIA foi disponibilizado aos Serviços que integram a CA através dos meios informáticos da SRAAC.

Não foi realizada qualquer deslocação conjunta de toda a CA à zona de implantação da Empreitada, todavia, o representante da DACAA deslocou-se ao local acompanhado do representante da PA, SA para reconhecimento da área de estudo, comunicando, previamente, aos restantes elementos de modo a viabilizar a estes a eventual solicitação atempada da necessidade de observação e verificação de aspetos sobre o local.

Já depois de nomeada a CA, verificou-se que embora a Empreitada não interferisse com imóveis classificados, a mesma intersectava a faixa de proteção em torno do edifício de interesse municipal Casa das Barcas, além de que o proponente já auscultara previamente a Direção Regional da Cultura (DRaC) sobre os aspetos a considerar no presente EIA, onde considerou relevante a realização de trabalhos de prospeção arqueológica submarina.

Deste modo, o EIA e o Anteprojeto da Empreitada foram remetidos à DRaC para parecer a ser considerado no presente documento e no Parecer Final pela CA e alvo de verificação por parte daquela em procedimento de RECAPE.

A apreciação do EIA pela CA para a elaboração do presente parecer de verificação da conformidade deste com as exigências do Diploma AILA e dos objetivos pretendidos da Consulta Pública no âmbito do presente procedimento de AIA, resultou da análise individual dos vários técnicos envolvidos e posterior integração desses recorrendo aos meios informáticos disponibilizados pela Administração Regional.

Com base nesta metodologia de trabalho foi possível a emissão do presente parecer conjunto da CA.

CAPÍTULO 2 - APRECIÇÃO GENÉRICA DO EIA

O EIA é constituído pelos documentos obrigatórios nos termos do Diploma AILA:

- o Relatório Técnico (RT), que se constitui como o Volume 1 e, por opção dos autores, este possui ainda um Volume 2 como anexo, composto de peças desenhadas anexas referenciadas no Relatório; e

- o Resumo Não Técnico (RNT), que sintetiza o exposto no volume 1

O Relatório, está dividido em 4 Tomos e refere que o EIA foi elaborado em fase de Anteprojeto que acompanhou o EIA entregue.

Na sua estrutura, embora repartidos pelos 4 Tomos, o Relatório procura responder ao exigido como o conteúdo obrigatório do EIA exigido pelo Diploma AILA.

Face ao acima exposto, a CA verificou que, estruturalmente, tanto o Relatório como o RNT seguem as diretrizes do Diploma AILA atender na perspetiva dos seus autores os aspetos essenciais que genericamente devem estar contidos num EIA, apesar de o título atribuído ao EIA poder induzir em erro, uma vez que o Anteprojeto em avaliação não prevê a construção de qualquer cais de passageiros, enquanto a caracterização da situação de referência da área de estudo não evidencia a necessidade de uma obra de proteção costeira para a mesma.

Contudo, ao nível de organização e tipos de conteúdos expostos nos volumes do EIA, genericamente, estes estão conformes com as diretrizes do Diploma AILA.

CAPÍTULO 3 - APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DO EIA

Apesar da apreciação genérica efetuada no capítulo anterior deste parecer ao nível da estrutura e conteúdo exposto no EIA, existe a necessidade de uma apreciação de pormenor dos vários itens constantes no Relatório e RNT, para verificar da necessidade ou não de aspetos a aperfeiçoar, a aprofundar, a esclarecer ou de lacunas a colmatar.

Assim, o ponto abaixo deste parecer corresponde à verificação em pormenor de cada item do Relatório do EIA pela CA, onde, de forma geral e para melhor enquadramento das apreciações, se recorre ao mesmo índice exposto no Volume I. No ponto 3.2 deste documento realiza-se a apreciação com maior detalhe do RNT sem seguir o respetivo índice.

SUB-CAPÍTULO 3.1 – Estudo de Impacte Ambiental – Relatório

TOMO 1 – CAPÍTULOS INTRODUTÓRIOS

1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo, o Relatório discrimina a empreitada em avaliação, informando que a mesma se encontra em fase de Anteprojeto, faz o enquadramento legal do procedimento de AIA e da tipologia do projeto prevista na alínea c) do setor 18 do Anexo II do Diploma AILA: “*Obras costeiras de combate à erosão marítima, como diques, pontões, enrocamentos, paredões e*

outras obras de defesa contra o avanço do mar, excluindo as incluídas em portos e marinas e as estruturas previstas nos planos de ordenamento da orla costeira, as obras de simples manutenção e de reconstrução de estruturas pré-existentes e obras de emergência” que devido a não possuir limiar de dimensão conduz à necessidade deste procedimento.

Neste são ainda identificados o proponente do projeto e a entidade licenciadora ou competente para o autorizar, que, neste caso específico se fundem numa entidade única, e a Autoridade Ambiental que coordena o presente procedimento de AIA, embora sem ter atualizado o seu nome atual e a designar como “Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AAIA)” quando é apenas Autoridade Ambiental nos termos do Diploma AILA.

Igualmente é referido que este EIA se baseia num trabalho a três escalas: uma de impactes, que relaciona com os efeitos das ações associadas à implementação do projeto no meio natural e social e cuja extensão é função do descritor ambiental considerado; outra temporal que se prende com a situação atual do território e as perspetivas de evolução desta com ou sem projeto a médio e longo prazo; e uma terceira cartográfica de 1: 50 000, 1:25 000, 1:10 000, 1:5 000 e 1:2 500 e eventualmente outras se justificado, de modo a representar os aspetos ambientais estudados e em função da informação base disponível e exigências legais.

Posteriormente é descrita a metodologia de realização do estudo e o modo como foi transposta a informação recolhida e a análise dos efeitos para a estrutura do Relatório, bem como a existência de outros dois volumes: O Resumo Não Técnico que sintetiza o Relatório numa linguagem mais simples; e o Sistema de Gestão Ambiental para a Empreitada com uma previsão de requisitos e medidas ambientais para a fase de obra.

Este capítulo do Tomo 1 termina com a identificação da equipa responsável pela elaboração do EIA e a data ao longo do qual o estudo foi elaborado e finalizado o relatório.: de julho de 2023 a maio de 2024.

Apesar de estar mencionado neste capítulo do Tomo 1 a existência em anexo do Sistema de Gestão Ambiental para a Empreitada, questionado o proponente da falta desse volume este fez chegar à Autoridade Ambiental uma errata onde refere que trata de um lapso, que este deve ser elaborado em fase de Projeto de Execução conforme previsto na medida MMG(FC) 4 do Tomo 4.

Assim, na generalidade a CA considera que este capítulo tem a informação suficiente e adequada para a consulta pública, tendo apenas o nome da Autoridade Ambiental

desatualizado que é atualmente Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, situação que não compromete a conformidade do EIA.

2 – OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

Após descrever a estrutura portuária existente, o Relatório justifica a empreitada com o objetivo de o proponente pretender construir um novo cais de passageiros para os navios que asseguram as ligações entre as ilhas do Triângulo e assim aumentar a operacionalidade do cais comercial existente e reduzir a operação simultaneidade de navios de passageiros e de carga na mesma infraestrutura.

São igualmente objetivos da empreitada a construção de uma proteção costeira e de um núcleo de recreio náutico.

Depois, neste capítulo do Relatório, é feito um historial descrevendo, com recurso a desenhos e texto, as duas soluções propostas pelo proponente para estudo prévias ao Anteprojecto. Ambas com prolongamento de uma obra vertical defronte do Museu da Indústria Baleeira e a construção de um molhe novo, com extradorso em talude e interior em cais vertical, onde na bacia formada por estas estruturas seria implantada a marina junto à linha de costa, diferindo a solução 1 por o cais de passageiros ficar no novo molhe defronte à marina, enquanto na segunda, aquele o molhe ter dois troços com direções distintas e um ângulo para o interior da bacia e o cais de passageiros ser implantado no exterior desta num doca dedicada.

Todavia a equipa projetista desenvolveu também uma terceira solução, baseada na solução 1, na qual são estudadas várias alternativas para a localização do cais de passageiros.

De todas as alternativas apresentadas, foi selecionada uma opção que contempla a não execução do cais para navios de passageiros em resultado da análise pelos serviços de Pilotagem do Porto de São Roque das condições de manobra dos navios no acesso ao cais comercial, conforme mencionado no Anteprojecto a que respeita o Estudo de Impacte Ambiental.

A remoção do cais para navios de passageiros permitiu fechar mais significativamente a bacia para melhorar as condições de abrigo.

2.2 – CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Este subcapítulo do RT remete para o Tomo 2 as interferências do projeto com os “*diversos instrumentos de gestão e ordenamento do território, bem como as servidões administrativas, restrições de utilidade pública e outras condicionantes que ocorram na área do projeto*”,

considerando não haver desconformidades do projeto com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) aplicáveis. Neste sentido, e para este capítulo em questão, remete-se a análise para o Tomo 2.

3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO E SUAS ALTERNATIVAS

3.1 – ALTERNATIVAS DO PROJETO CONSIDERADAS

A partir da Solução 3 e da necessidade de implantar o cais de passageiros, os projetistas consideraram 5 alternativas: 3A a 3E.

A alternativa 3A coloca o cais de passageiros no extradorso da proteção costeira, o que implica o prolongamento do troço com enraizamento a sudeste e orientação SSE-NNO, a partir do qual nasce novo troço com orientação ESE-ONO, destinado a abrigar o navio de passageiros. Esta solução implica uma notória redução da bacia destinada à marina e do espaço de manobra do cais comercial.

Já a alternativa 3B propõe o prolongamento do troço ESE-ONO na direção ESE, sendo criada uma nova bacia para albergar o cais de passageiros.

A alternativa 3C propõe a execução de um novo cais de passageiros no interior da bacia destinada ao recreio náutico, com orientação SSO-NNE, bacia essa que teria de ser ampliada tendo em conta a nova valência, com a orientação do troço ESE-ONO do molhe de proteção costeira a aproximar-se mais da orientação SE-NO, sendo notória a redução da área de manobra destinada aos navios que operam no cais comercial.

A alternativa 3D abandona a criação de um cais de passageiros no molhe de proteção costeira ou na bacia destinada à marina, propondo a criação de uma estrutura paralela ao atual cais comercial, com cerca de 50 metros de comprimento e um afastamento do último de aproximadamente 57 metros.

Por fim, é elaborada a solução 3E, baseada na alternativa 3D, na qual é alterado apenas o afastamento da nova ponte-cais relativamente ao cais comercial de 57 metros para 70 metros. Esta solução implicaria a demolição de um troço do atual cais de pescas do porto de São Roque do Pico.

3.1.2 – **Solução Selecionada**

De acordo com o constante na Memória Descritiva e Justificativa do Anteprojeto, resulta da análise dos serviços de pilotagem do porto de São Roque do Pico que todas as alternativas

acima descritas têm influência negativa na operação dos navios no cais comercial, nomeadamente nas manobras de acostagem e largada.

Perante este cenário, é adotada a solução 3D com ligeiras alterações, nomeadamente a remoção da ponte cais destinada ao navio de transporte de passageiros e a introdução de zonas de acostagem fixas na delimitação da bacia interior, bem como de estruturas flutuantes para estacionamento de embarcações.

Ao abrigo desta solução são criadas várias estruturas das quais a de maior relevância será a obra de proteção costeira em talude com três troços consecutivos, um primeiro troço aderente à zona das piscinas naturais do Cais do Pico e à Avenida do Mar, com orientação SSE-NNO, com cerca de 310 metros de comprimento, sendo que a ligação à orla costeira é feita por intermédio de um troço curvo de cerca de 37 metros de comprimento. Segue-se um segundo troço que consiste numa curva de transição com cerca de 120 metros de comprimento e que faz a ligação do troço aderente ao último troço do talude, o troço destacado, com orientação aproximada ESSE-ONO e cerca de 180 metros de comprimento a culminar numa cabeça tronco-cónica. A totalidade dos troços do talude de proteção soma cerca de 650 metros de comprimento total desde o enraizamento até à cabeça acima mencionada.

Em complemento à proteção acima descrita, o projeto contempla a execução de uma proteção complementar com paramento exterior em talude e paramento interior vertical, para garantia das condições de abrigo no interior da bacia ora criada com a execução da proteção costeira, bacia essa com cerca de 26.000 metros quadrados e fundos de serviço mínimos de -3,50 m (ZH), obtidos por intermédio de dragagens pontuais onde as cotas de fundo não atingem estes valores.

Para fecho da bacia, é executada uma obra de retenção marginal, com desenvolvimento SO, que consiste na execução de talude em enrocamento que remata num de dois cais a criar.

Tal como mencionado, está prevista a execução de dois cais de serviço, o cais norte, no interior do troço destacado do talude de proteção costeira, e o cais este, que delimita a área de terrapleno a criar, e no qual está prevista a instalação de uma grua para alagem de embarcações; neste campo, destaca-se igualmente a criação de uma doca de alagem de embarcações na transição entre o cais este e o cais norte.

No interior da bacia está prevista a instalação de equipamentos flutuantes para estacionamento de embarcações de recreio que consistem em quatro pontões flutuantes principais, equipados com *fingers*. O acesso a estes pontões é feito através de um pontão que une os quatro, paralelo

à retenção marginal, e cujo acesso é feito a partir desta última ou do cais este por intermédio de pontes de acesso.

Para além destes equipamentos flutuantes, está prevista ainda a instalação de um pontão no cais este para receção e abastecimento de combustível de embarcações, bem como um conjunto de pontões ao longo da margem poente da bacia cujo e pelo interior da proteção complementar, através da qual é feito o acesso a estas estruturas, destinado a embarcações marítimo-turísticas e de serviços, como por exemplo a lancha dos serviços de pilotagem do porto de São Roque.

A nascente é criada uma área de terrapleno delimitada pela proteção costeira, o cais este e a Estrada Regional (a cota superior). Esta área de terrapleno terá uma cota mínima de +3,60 m (ZH) e destina-se a serviços relacionados com embarcações, desde o estacionamento das mesmas a seco, até à componente de reparação de embarcações sem descurar a mera lavagem das mesmas.

O terrapleno é atravessado por uma via de comunicação de dois sentidos, com uma faixa de circulação para cada sentido, ladeada por zonas de estacionamento de viaturas e de trânsito pedonal. Esta via de circulação desenvolve-se desde o limite nascente do terrapleno, onde se intersecta com a Avenida do Mar, e termina no extremo poente da retenção marginal. É feita uma ligação à Estrada Regional no último terço a nascente da retenção marginal. A partir desta ligação, a via de comunicação terá acesso condicionado aos responsáveis pelo local, aos fornecedores de serviços instalados na marina, aos seus utentes e às empresas de marítimo-turísticas.

O projeto prevê ainda a execução de um edifício de controlo da marina, onde ficará instalado o funcionário responsável pela gestão/vigilância do espaço, edifício equipado de forma a corresponder às necessárias valências de uma estrutura desta natureza, que vão desde a receção à lavandaria, passando pelos balneários de utilização reservada a utentes da marina.

Toda a área de terrapleno, cais e marina está dotada de redes técnicas que incluem a iluminação pública, o abastecimento elétrico a embarcações, edifícios e equipamentos, o abastecimento de água a embarcações, edifícios e zonas de lavagem de embarcações, incluindo igualmente uma rede de combate a incêndios, infraestruturas de esgotos e drenagem pluvial, sistema de videovigilância e comunicações, incluindo cobertura por wi-fi, e rede de abastecimento de combustíveis. Será construído um edifício destinado às redes técnicas, onde

serão instalados os tanques destinados a armazenar a água que abastece a rede de combate a incêndios, bem como equipamentos da rede elétrica.

A CA verifica que neste ponto o Relatório apresenta uma descrição em texto e imagens bastante pormenorizada do Anteprojeto selecionado, todavia tem a dois aspetos fundamentais a referir:

Deverá ser adicionada uma planta com a implantação dos perfis-tipo descritos em texto e apresentados em figuras ao longo de 3.1.2 Solução selecionada, e identificação dos diferentes troços em que o Anteprojeto está dividido ou, pelo menos, adicionado o desenho T1078-1-AP-OBM-DWG-00-003-0 do Anteprojeto ao Volume 2.

Tendo em conta a denominação da Empreitada, que inclui um cais de passageiros, e sendo este uma das principais fundamentações da necessidade da obra, o Relatório não transpõem a razão porque na solução em estudo não está prevista a construção qualquer cais de passageiros, aspeto que se percebe apenas através da leitura do Anteprojeto, conjunto de documentos que não consta da documentação obrigatória para a consulta pública por ser demasiado técnico e frequentemente implicar plantas de dimensões muito superiores à resolução dos portais de leitura e impressoras disponíveis ao público.

Igualmente o EIA não justifica ainda a necessidade de execução desta empreitada ao ter sido retirado a valência que era o seu maior fundamento.

3.4 REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR NA ÁREA DE PROJETO, E ÀS CONDICIONANTES, SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Tendo em conta das peças desenhadas do Volume 2, importa destacar que as condicionantes, servidões administrativas e restrições de utilidade pública com incidência na área de estudo não são coincidentes com as apresentadas no Quadro 3.3, pelo que esta informação deve ser revista.

4 – AÇÕES PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

A execução do projeto é dividida em três fases: a sua construção, a sua exploração e a sua desativação. Cada uma destas fases tem um conjunto de ações associadas que se descrevem de seguida.

Na fase de construção, há que considerar as ações referentes à localização do estaleiro que, embora sendo da responsabilidade do adjudicatário da empreitada, deverá obedecer a um

conjunto de restrições que determinarão a localização preferencial para a sua instalação, tendo sempre em consideração a legislação em vigor e a aceitação/aprovação do Dono de Obra.

Nesta fase há ainda que considerar as ações referentes à definição das áreas de empréstimo, cuja localização deverá ser a pedreira localizada em Santa Luzia, uma vez que a elevada área de terraplano bem como a dimensão considerável de taludes implicarão a utilização de materiais de empréstimo.

Os materiais e energia utilizados durante a construção também constituem uma ação a considerar, prevendo-se a utilização de materiais de empréstimo, como anteriormente mencionado, embora nesta fase de anteprojeto não seja ainda possível aferir as quantidades exatas. Em relação à energia, será de considerar a utilização de energia elétrica bem como o recurso a combustíveis fósseis, nomeadamente gasolina e gasóleo, tendo em conta os equipamentos que por norma se utilizam neste tipo de empreitadas.

No que respeita aos efluentes, aos resíduos e às emissões previsíveis, prevê-se que sejam gerados poluentes atmosféricos (motores de viaturas e equipamentos por exemplo), ruído, águas residuais e outros resíduos (sobras de materiais, resíduos de demolições, etc.).

No que concerne aos acessos aos locais de trabalho, estima-se que os existentes são em número e qualidade suficiente, pelo que não se prevê a criação de novos acessos. Contudo, as condições existentes previamente à execução dos trabalhos deverão ser repostas aquando da conclusão dos mesmos.

Uma das ações importantes a considerar nesta fase respeita à utilização dos estaleiros de obra. Como elemento fundamental no apoio à obra, prevê-se que o estaleiro seja constituído por infraestruturas industriais e técnicas, pelo que deverá ser implementado e cumprido um sistema de gestão ambiental do espaço.

A última das ações a considerar na fase de construção será a recuperação das áreas afetadas pela execução das obras, devendo ser implementado um conjunto de boas práticas que conduzam à rápida recuperação das condições pré-existentes à execução dos trabalhos.

Na fase de exploração, as ações a considerar são os materiais e energia utilizados e produzidos, e os efluentes, resíduos e emissões previsíveis.

No primeiro caso, prevê-se a utilização de combustíveis fósseis no funcionamento e na manutenção dos espaços, bem como de energia elétrica, para abastecimento de equipamentos

e iluminação. Será igualmente expetável um aumento no consumo de água nesta fase de exploração.

No que respeita aos efluentes, resíduos e emissões previsíveis na fase de exploração, a principal preocupação prende-se com eventuais derramamentos de óleos e combustíveis, pelo que deverá estar previsto um sistema de separação de hidrocarbonetos no local.

Os resíduos a serem gerados resultam da utilização regular deste tipo de estruturas, tendo em conta a sua utilização. A sua generalidade corresponderá às categorias de Resíduos Sólidos Urbanos e equivalentes, nomeadamente resíduos de embalagens, resíduos orgânicos e resíduos indiferenciados.

Na fase de desativação do projeto deverão ser previstos um conjunto de ações que respeitem a nova realidade ambiental que a construção do projeto originou, tendo em consideração que a vida útil do mesmo será de várias décadas.

Pelo exposto, será de prever uma melhoria nos processos de desmantelamento/demolição ao longo dos anos, seguramente acompanhado por um aumento dos requisitos ambientais.

Não sendo certa a desativação do projeto, a mesma, a acontecer, deverá respeitar um plano de desativação de forma a garantir que os aspetos ambientais mais suscetíveis de afetação sejam salvaguardados num eventual desmantelamento e/ou demolição integral das infraestruturas executadas.

TOMO 2 - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Neste Tomo é feita, ao longo de vários capítulos, a descrição da área de estudo e de influência da Empreitada e da infraestrutura a construir.

1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo são identificados os fatores ambientais que são considerados no EIA para caracterizar a área de estudo, delimitada, na generalidade, a uma faixa de 200m em torno da infraestrutura a construir, sendo assumida ainda a opção pelos descritores ambientais indicados no Diploma AILA que constituem os capítulos seguintes e a partir dos quais se pretende identificar as áreas ou locais que apresentem uma sensibilidade considerável relativamente aos aspetos analisados.

A CA nada tem a comentar sobre esta introdução.

2 - CLIMA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Para a Meteorologia e Clima, o Relatório refere que se baseou nas normais climatológica das séries de 1971-2000 e de 1981-2010, bem como no Relatório do Estado do Ambiente dos Açores e nos dados sintetizados no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH-A), apesar de denominada Região Hidrográfica RH9 que inclui todas as bacias hidrográficas das nove ilhas do arquipélago, entre outra bibliografia.

O Relatório começa com uma primeira descrição meteorológica da zona onde se insere a área de intervenção para caracterizar o tipo de clima existente na área de estudo, para depois desenvolver o que se perspectiva ao nível das alterações climáticas.

Relatório salienta que o clima da área é, sobretudo, definido pela circulação atmosférica em larga escala no Atlântico Norte e influenciado pelo processo de troca de massas de ar quente e húmido vindas das regiões equatorial e subtropical com as de ar frio e seco provenientes da região ártica, havendo ainda o papel de amortecimento térmico da inércia do oceano e a indução local resultante de precipitação orográfica dos terrenos acidentados da ilha. Neste aspeto, pormenoriza a variação térmica em altitude: um gradiente de decréscimo de 0,9°C/100m até à cota dos 400m, acima da qual o efeito orvalho faz reduzir esta taxa para 0,5°C, regressando ao valor inicial a partir dos 600 metros de altitude

Seguidamente, o Relatório explica que considerou os dados da Estação Climatológica do IPMA de Angra do Heroísmo como os de melhor representação das condições da área de estudo, que estes foram ponderados, quando viável, com os tratados no PGRH-A a partir dos recolhidos em postos udométricos no Pico. Assim, em função da disponibilidade e adequabilidade a cada parâmetro meteorológico, o documento apresenta os valores médios mensais e anuais resultantes do tratamento dos dados meteorológicos máximos, mínimos e médios sintetizados com recurso a gráficos e texto.

Para a temperatura, refere que existe uma certa estabilidade nas duas séries de normais climatológicas, embora se denotem desvios positivos para as médias do período mais quente de julho a setembro e para o mais frio de dezembro a março.

Para a precipitação, também se verificam variações de distribuições ao longo do ano, embora os valores médios mensais sejam mais elevados no Pico com um período mais seco e quente no verão, julho a setembro, e mais pluvioso e frio no inverno, dezembro a março. Para a diferença entre os dados recolhidos em Angra e no Pico, o Relatório especula que a diferença pode ser justificada com efeitos de localização em altitudes dos postos.

Para a humidade relativa, o Relatório refere que o valor médio mensal varia entre 54 % em julho e agosto e os 89% em dezembro, sendo a média anual na ordem dos 73%.

Para o parâmetro vento, o Relatório constata que as velocidades médias deste são relativamente medianas, sendo a anual de 15 km/h e este sopra com maior frequência do quadrante W/SW, tendendo a ser mais intenso no inverno do que no verão.

O Relatório fornece dados das normais de insolação, mas estes estão disponíveis apenas para a primeira o trinténio 1971-2000, os quais totalizam 1.570 horas anuais, com os meses de julho e agosto a representar mais de 200 horas de sol e os de novembro a fevereiro menos de 100 horas mensais, enquanto a evaporação tende a ser máxima em agosto (81 mm) para um valor anual de 861 mm, do que resulta num balanço hídrico anual com um excedente relevante.

O Relatório refere que os dados meteorológicos resultam que a classificação climática do Grupo Central dos Açores no sistema de Köppen seja do tipo oceânico ou temperado marítimo húmido, com verão temperado, como o que ocorre em regiões afastadas das grandes massas continentais e especula que a zona de intervenção terá um clima temperado sem estação seca e verão quente, caracterizado por baixa amplitude térmica, elevada pluviosidade, elevada humidade relativa e ventos persistentes.

Na classificação pelo sistema de Thornthwaite o tratamento dos dados resulta numa classificação que corresponde a um clima húmido, mesotérmico com pequena concentração da eficiência térmica.

Após esta caracterização climática, o Relatório faz uma abordagem sobre os dados dos estudos realizados em matéria de alterações climáticas e cenários prospetivados para a área de estudo.

O Relatório identifica as maiores entidades internacionais que produzem conhecimento e recolhem dados em matéria de alterações climáticas, expõe os principais efeitos prospetivados por estas em território continental e o quadro legislativo e estratégico de programas nacionais.

Seguidamente, é apresentada a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC) para os Açores, aprovada através do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), através dos quais se procura conjugar o princípio da precaução com as bases do desenvolvimento sustentável, conciliando a dimensão de Adaptação, para reduzir os impactes prospetivados dos cenários de alterações climáticas, com a vertente de Mitigação, de modo a diminuir as emissões antropogénicas de Gases com Efeito de Estufa GEE). O ERAC

identificou 12 Setores Estratégicos para a sua implementação, entre os quais se conta o Ordenamento do Território e Zonas Costeiras.

O Relatório prossegue com a descrição e análise das anomalias (desvios às normais) perspectivadas a partir dos cenários de alterações climáticas RCP 4.5 e 8.5 para a ilha do Pico, onde se estimam tendências crescentes de temperatura (1 a 3°C até final do século) e decrescente de precipitação ao longo do presente século, apesar de na síntese menciona um aumento de 2 a 6%. A partir da desagregação mensal das anomalias para os cenários, estes apontar para o aumento transversal de temperaturas médias mensais e a concentração de precipitação nos meses de inverno e primavera.

O EIA, refere ainda a existência de 3 cenários climáticos do projeto SIAM usados no PGRH-A e baseados em modelos globais e regionais que, no conjunto de considerado, indiciam uma grande incerteza nas projeções, mas apontando para um aumento de precipitação no inverno e diminuição desta nas restantes estações, gerando uma variação anual negativa. Ao nível de temperatura, perspectivam-se alterações menos significativas do que para as massas continentais devido ao efeito moderador do mar.

Nestes cenários salientam-se vários efeitos das alterações climáticas: o aumento geral da temperatura com maior número de típicos dias de verão e noites tropicais, irregularidades do regime sazonal, diminuição progressiva da precipitação e aumento de ocorrência e potência de fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente tempestades tropicais.

Como consequência das alterações climáticas ao nível global está a subida do nível médio do mar, pelo o Relatório prossegue, tendo em consideração que o maior valor para esta elevação é de 0,59 m, mas regionalmente estimado em apenas 0,15 m, deduz não afeta a área de estudo do Projeto, mas que resultará na ocupação de uma área de 0,83 km² ao longo da orla costeira da ilha, devendo as zonas mais afetadas ser as da Madalena e das Lajes do Pico.

O Relatório termina a caracterização deste fator ambiental com os dados do inventário de emissões GEE dos Açores, cujos valores mais recentes são de 2018 com um total de 1,84 Mt CO₂ eq, sendo que mais de metade das emissões do setor energético (53,4%, com destaque para os transportes, onde a navegação foi responsável por quase 42% e as indústrias energéticas – 37%), seguindo-se a agricultura e pecuária (40,9%) e a gestão de resíduos (6,4%). O setor dos Usos do Solo e Florestas responsável por um sequestro de cerca de 0,85 Mt CO₂ eq.

A CA, apesar de considerar que se está perante um tipo de projeto que não interfere com o clima, este está muito exposto aos efeitos de intempéries, pelo que importa existir uma extensa caracterização deste fator ambiental e dos efeitos das alterações climáticas, o que foi feito no EIA na vertente clima não tem mais elementos a solicitar.

Apesar do referido imediatamente acima, sendo um projeto uma infraestrutura costeira, numa zona de costa baixa e onde se pretende efetuar ainda uma bacia portuária relativamente fechada, o que pode ter efeitos na sobrelevação da água durante tempestades, a CA considera a caracterização da situação de referência, das alterações climáticas perspectivada para a área de estudo como muito pouco desenvolvida. Mais ainda, considera a dedução de que a elevação do nível do mar “não afeta a área de estudo do Projeto” como mal justificada.

3 - GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O Relatório caracteriza esta fator ambiental nas seguintes vertentes: (1) Geomorfologia, com base no enquadramento do local nas unidades geomorfológicas da ilha. (2) Geologia, no que se refere às estruturas geológicas, tectónica, vulcanoestratigrafia e sismicidade, informando das fontes de conhecimento consultada para este objetivo, contudo os dois eixos surgem entrecruzados na descrição que recorre a texto e figuras.

O documento começa por efetuar o enquadramento geodinâmico dos Açores referindo que os Açores se encontram na junção de três placas tectónicas, Euroasiática, Africana e Americana, cuja dinâmica é responsável pela sismicidade e vulcanismo das ilhas e pelas características petrológicas e geoquímicas das lavas emitidas, identificando e descrevendo as características geodinâmicas das cinco principais estruturas tectónicas regionais: a Crista Média-Atlântica (CMA), o Rifte da Terceira (RT), a Zona de Fratura Norte dos Açores (ZFNA), a Zona de Fratura Este dos Açores (ZFEA) e a Zona de Fratura Oeste dos Açores (ZFOA).

O EIA refere que os Açores são caracterizados por uma intensa atividade sísmica, onde se destacam como zonas sismogénicas a zona a oeste do Faial, a Fossa oeste da Graciosa, a Crista Submarina Leste da Terceira, a Fossa Hirondele, a zona central de S. Miguel, a Fossa da Povoação e a região dos ilhéus das Formigas.

No Arquipélago podem ocorrer sismos com magnitude acima de 7, mas que nos últimos anos o Pico tem registado fraca sismicidade epicentral e esta centrou-se, onde o evento mais significativo que afetou esta ilha nas últimas décadas atingiu a intensidade VII, mas com epicentro na Ponta da Ribeirinha na ilha do Faial.

Ao nível da Geomorfologia, o Relatório refere que esta é composta pelo estratovulcão da Montanha do Pico, um edifício compósito, basáltico, com uma base sensivelmente circular com um diâmetro máximo de 16 km ao nível do mar e 2351m de altitude, localizado a ocidente. Pelo Planalto da Achada, com um topo aplanado onde se exprimem os efeitos das estruturas vulcanotectónicas através de alinhamentos predominantemente WNW-ESE de cones de escórias e *spatter* até à extremidade oriental da ilha limitado lateralmente por vertentes acentuadas e ainda pelo vulcão em escudo do Topo situado na parte sul numa posição sensivelmente mediana da unidade anterior, com duas depressões a leste.

O litoral da ilha é caracterizado pela assimetria entre os setores oriental e ocidental. Neste associado ao geoforma da Montanha, insere-se a área de estudo e é caracterizado por arribas baixas que não ultrapassam na maioria dos casos os 10 a 20 m de altura. O setor oriental está associado ao geoforma do Planalto da Achada e a altitude das arribas chega a atingir 400 m.

O controlo geomorfológico é assegurado por estruturas tectónicas que maioritariamente correspondem a desligamentos direitos normais com orientações WNW-ESE, NNW-SSE e NE-SW, e, minoritariamente desligamentos esquerdos com componente de movimentação normal NNW-SSE. Existem ainda estruturas NW-SE que parecem associados a acidentes radiais dos vulcões centrais da Montanha do Pico e do Topo, onde se denota uma movimentação normal, associada a uma componente de desligamento.

O Relatório refere que petrologicamente a ilha do Pico é essencialmente constituída por rochas basálticas (80%) e traquiandesíticas.

A ilha do Pico registou várias erupções históricas: Prainha (1562), Santa Luzia (1718), São João (1718) e Silveira (1720). Estas erupções revelam estilos eruptivos efusivos a moderadamente explosivos, do tipo havaiano a estromboliano, e de natureza basáltica (s.l.), associadas a sistemas vulcânicos do tipo fissural.

A CA considera que ao nível de Geologia e Geomorfologia a caracterização apresentada afigura-se suficiente para as necessidades do procedimento de AIA à Empreitada em avaliação.

4 - RECURSOS HÍDRICOS

Relativamente aos instrumentos utilizados para a caracterização da situação de referência, o EIA indica o Programa Regional da Água (PRA); o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA) e o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027);

Relativamente às águas interiores subterrâneas, é referido que a área de estudo do Projeto se insere num local onde a zona preferencial de recarga subterrânea é classificada como moderada a reduzida, não existindo um corpo aquífero propriamente dito, uma vez que não existem dados que permitam a análise da estratificação das águas no interior da massa de água subterrânea. Assim, a caracterização dos Recursos Hídricos Subterrâneos não se considera relevante pelo que, o presente capítulo focar-se-á nas águas interiores e costeiras.

No entanto, importa alertar que, de acordo com o PGRH-Açores 2022-2027, a zona terrestre da área de projeto encontra-se inserida no aquífero “Montanha 1”, o qual possui 18 furos, 11 deles com captação de água. Assim, não obstante de, naturalmente ser justificável a eventual ausência de impactes no que diz respeito às águas subterrâneas, entende-se que a caracterização da situação de referência deverá incluir as mesmas, até porque poderão ser identificados impactes ambientais ao nível da intrusão salina e/ou de intervenções em zona terrestre.

Relativamente às águas interiores superficiais, é apresentada a rede hidrográfica da Ilha do Pico, cuja fonte é o PGRH-Açores 2022-2027, e é referido que a área do projeto se insere na bacia hidrográfica da Ribeira de Dentro, distando aproximadamente 400 m da linha de água mais próxima, a sudeste – Ribeira de Dentro. É apresentada a caracterização da Bacia Hidrográfica Ribeira de Dentro.

Alerta-se contudo que, de acordo com a cartografia disponível, a área de projeto se insere numa Bacia Hidrográfica diferente - nomeadamente na Bacia Hidrográfica PIA33, de nome desconhecido - e que se verifica a existência de uma linha de água cartografada, de nome desconhecido, vinda de sul.

Consultando o PGRH-Açores 2022-2027 e outros planos de gestão territorial, confirma-se que a linha de água se encontra cartografada. De facto, quando analisada a cartografia e a sobreposição do traçado da linha de água cartografada com possíveis antecedentes, verifica-se que esta não apresenta leito definido e atravessa terrenos, estradas e edifícios, sem a presença de qualquer secção de escoamento e estruturas a montante da área do projeto, ou que tenha uma saída na orla costeira onde as águas no fim se fossem lançar. O solo encontra-se transformado de tal modo, que não se verifica atualmente indícios da presença de uma linha de água como assinalado na cartografia, não se verificando drenagem de águas pelo terreno em causa.

Não obstante da aparente inexistência da linha de água cartografada, entende-se que, no contexto da caracterização da situação de referência, o documento deverá ser reformulado de

forma a ser consentâneo com a informação constante nos instrumentos consultados. De igual modo, considera-se que o EIA deverá determinar/confirmar a inexistência do curso de água cartografado por forma a justificar a eventual ausência de identificação de eventuais impactes a nível dos recursos hídricos interiores superficiais.

O EIA prossegue com a apresentação das fontes potenciais de poluição accidental difusa para os recursos hídricos superficiais bem como das pressões morfológicas e hidromorfológicas sobre os recursos hídricos locais, resultado das alterações físicas nos leitos e nas margens das massas de água, destacando-se, na área de estudo, a artificialização da frente marítima da localidade de São Roque, em que se inclui o Cais do Pico, e outras intervenções de reforço marginal.

Neste ponto, a CA não tem nada a apontar.

Por fim, o EIA apresenta o levantamento das Massas de Água – Lagos da ilha do Pico enquadráveis na Diretiva-Quadro da Água, referindo que nenhuma delas intersesta com a área de projeto.

A nível de zonas e águas balneares, o relatório refere que existe na zona de estudo apenas uma zona balnear o que é incorreto. Na área de estudo existe apenas uma água balnear monitorizada e identificada na portaria n.º 16/2024 de 28 de março de 2024, todavia, segundo o POOC da ilha do Pico, na área de estudo e intervenção do projeto existem 3 zonas balneares:

- Rampa do Cais do Pico (ZUBP23)
- Antigo Porto de São Roque (ZUBP24)
- Piscina do Cais do Pico (ZUBP25)

Sendo que apenas a zona balnear da Piscina do Cais de São Roque (ZUBP25) (dispõe de água balnear identificada na portaria.

Verifica-se que, destas 3 zonas balneares definidas no POOC, a zona balnear do antigo porto de São Roque é a mais afetada, uma vez que toda a infraestrutura presente no local será aterrada. O plano de água da zona balnear será ocupado pelas estruturas da marina, pelo que será também fortemente afetado.

Esta informação deve constar no Relatório.

5 – HIDRODINÂMICA MARINHA E REGIME SEDIMENTAR

Para este fator ambiental o Relatório informa que baseou a sua caracterização nos dados conhecidos das características oceanográficas e sedimentares para o Faial, justificando a

adequabilidade da opção com a proximidade das duas ilhas e o facto de pertencerem à mesmo sistema geológico, uma crista submarina com orientação WNW-ESE com mais de 100 km, o que os torna semelhantes aos da área de estudo.

Assim, ao nível hidrodinamismo, é descrito o regime semidiurno de marés, os vários níveis de preia-mar e baixa mar em condições meteorológicas normais e com uma amplitude máxima próxima de 1,9m. A ondulação em termos de frequência de origem por quadrante de rumos, a média das alturas significativas das ondas para as diferentes orientações e os efeitos e frequências nestas das tempestades e respetivo período de retorno.

Prossegue com a descrição em texto e imagens do regime de circulação oceânica sazonal em torno do Arquipélago, onde o Pico é afetado por meandros e filamentos provenientes da Corrente do Golfo, embora os ventos locais e as ondas determinem as correntes em zonas mais próximas da costa e termina com a variação térmica média anual que oscila entre os 17°C nos meses mais frios de fevereiro a abril e os 25,5°C nos mais quentes de agosto e setembro.

Ao nível do regime sedimentar o Relatório começa por referir que devido à idade juvenil dos Açores, sem grandes vales e a origem vulcânica destes com cobertura de fluxos de lava, conduz a uma baixa rede de drenagem no interior das ilhas e a um regime de escoamento torrencial, pelo que, a principal origem dos sedimentos na plataforma marinha destas é a erosão das arribas costeiras. Assim, com a disponibilidade limitada de fontes fluviais de sedimentos finos na cobertura sedimentar predominam grãos mais grosseiros.

Depois prossegue referindo que de uma forma geral, as plataformas das ilhas dos Açores são dominadas pela erosão das ondas e tendem a ser largas, apresentando superfícies erosivas o que não favorece a geração de grandes formas de leito, mas, normalmente, cobertas por sedimentos.

A plataforma costeira da zona de estudo pode ser classificada como dominada por ondas e tempestades, onde a largura da cobertura por sedimentos é em média menos de 1 km, e com um tempo de residência curto, pois, durante as intempéries formam-se correntes descendentes que os remobilizam das proximidades da costa para a parte central e externa da plataforma. Assim, os substratos próximos da costa até 30–50 m de profundidade são predominantemente rochosos e cobertos por sedimentos vulcanoclásticos muito grosseiros, intercalados por finas camadas de silte e areia fina que frequentemente são transportados e depositados na encosta submarina adjacente.

Deste modo, o Relatório termina esta caracterização referido que a erosão domina nas plataformas dos Açores, onde ocorrem taxas elevadas de recuo costeiro que, em média,

atingem 0.21 metros/ano e se verifica a presença de corpos sedimentares extensos até 50 m da costa em processo de acreção e progradação.

Sobre a caracterização apresentada referente à Hidrodinâmica Marinha e Regime Sedimentar, a CA considera que a mesma é muito generalista e pouco pormenorizada sobre o local de implantação da infraestrutura, contudo, existem elementos que podem ser ainda colmatados, tendo em conta que ainda se está em fase de Anteprojeto e onde o Projeto de Execução poderá ser alvo de alterações que terão de respeitar uma eventual Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada que ficará também sujeito a um procedimento de RECAPE, momento em que será viável apresentar resultados das modelações que pormenorizem das alterações da dinâmica sedimentar na área de estudo e das condições de agitação marinha nas baías do Porto de São Roque.

Na visita ao local efetuada pelo representante da DACAA, ficou evidente a existência de erosão na parte inferior do muro costeiro que suporta da Estrada Regional imediatamente a leste da rampa varadouro a desmontar. Este técnico foi ainda informado da ocorrência de galgamentos terrestres nesta zona litoral, aspetos que deveriam estar devidamente descritos nesta caracterização, pois justificam a necessidade de proteção costeira pelo menos neste local que a Empreitada em parte pretende resolver.

6 - RUÍDO E VIBRAÇÕES

A denominação deste fator ambiental inclui duas componentes: ruído e vibrações; e embora estas estejam ambas associadas a ondas, efetivamente, correspondem a aspetos distintos que devem ter abordagens diferentes. Contudo, o Relatório apenas aborda os aspetos de ruído, sendo omissos no que se refere a vibrações.

A caracterização começa por apresentar o quadro legal regional definido pelo Regulamento Geral de Ruído e de Controlo da Poluição Sonora (RGRCPs), as definições utilizadas no descritor e a informação da inexistência de mapas de zonamento acústico e de ruído para o concelho onde a Empreitada se insere.

Prossegue descrevendo a metodologia utilizada para caracterizar o Ruído, que consistiu na identificação dos recetores sensíveis nos termos do RGRCPs existentes na área de estudo, localizados através da respetiva implantação em desenho anexo, na realização de medições dos níveis sonoros em 4 pontos na frente marítima junto dos recetores sensíveis mais próximos, nos períodos diurno, entardecer e noturno, em dois dias distintos devidamente localizados em planta e identificados em figuras, descrição do modo de recolha dos dados e

do equipamento, exposição dos valores medidos e determinação dos indicadores de ruído L_d , L_e , L_n , e L_{den} de acordo com a legislação e posterior apreciação dos resultados.

Na apreciação dos resultados, o Relatório conclui que o ambiente acústico na envolvente dos recetores sensíveis está perturbado pelo tráfego rodoviário devido ao pavimento da estrada ser empedrado e também pelos sons do mar e de alguns animais. Assim pelo quadro verifica-se que em P1 e P2 já é ultrapassado o limiar do indicador L_{den} , neste último, inclusive, L_n para zonas mistas, enquanto em P3 e P4 os indicadores respeitam os limiares de áreas sem classificação acústica, mas não para zonas sensíveis.

A CA considera que a caracterização apresentada no EIA, em matéria de ruído, foi suficiente para aferir dos eventuais impactes do projeto nas fases de avaliação da empreitada.

Contudo, a CA apenas no seu parecer final se pronunciará da necessidade de caracterização em RECAPE ou de condicionar o Projeto em matéria da componente de vibração, uma vez que o Relatório é omissivo sobre a perspetiva de utilização de explosivos nos desmontes pretendidos, aspeto que seria pertinente ter ficado esclarecido, pois o uso implicaria uma caracterização da resistência estrutural dos imóveis próximos das frentes de desmonte e metodologia de caracterização desta vertente do presente fator ambiental.

7 - QUALIDADE DO AR

O Relatório começa por apresentar o quadro legal nacional de caracterização deste fator ambiental com a identificação dos principais poluentes: dióxido de enxofre, dióxido de azoto, benzeno, monóxido de carbono, ozono, PM10 e referindo vários metais pesados. Expõe os valores limite e limiares para a proteção da saúde humana e para vegetação para os mesmos quando definidos legalmente e os critérios de classificação no Índice de Qualidade do Ar (IQar) que é condicionado pelo poluente com pior classificação.

Depois prossegue com a caracterização da área de estudo referindo que a qualidade do ar de uma dada região é fortemente influenciada pelo uso do solo e pelas atividades económicas nela existentes que podem constituir fontes de poluentes responsáveis pela degradação do ar.

O EIA informa que se baseou nos dados divulgados para o ano de 2022 da estação de Qualidade do Ar referência para os Açores, situada no Faial, ainda próxima da área de intervenção, que neste período não recolheu o parâmetro dióxido de enxofre. Assim, para o período utilizado verificou-se que durante grande parte deste as classificações IQar variaram entre “Bom” e “Muito Bom” e que num único dia foi “Fracas” e “Média”, devido aos poluentes

PM10 ou o ozono. Através de modelação os piores resultados deste poluente coincidiram com o período quente, onde este se pode formar por radiação solar. Não havendo qualquer padrão para o PM10

A CA verifica que o EIA ignorou a existência de uma adaptação aos Açores do Decreto-Lei n.º 102/2010, efetuada através do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, no que se refere à exposição do enquadramento legal da caracterização da qualidade do ar. Contudo, a CA está ciente que esta situação em nada afeta a classificação IQar obtida e as conclusões apresentadas no Relatório, só não deixa de ser uma lacuna por omissão, não tendo outros reparos sobre a caracterização deste fator ambiental que considera suficiente para os objetivos necessários ao presente procedimento de AIA.

8 - GESTÃO DE RESÍDUOS

Após uma dissertação inicial sobre os grandes setores produtores de resíduos, que o importante é serem classificados não pela sua origem, mas pela sua natureza e daí a sua divisão em banais ou perigosos, o Relatório apresenta o quadro legal regional para este fator ambiental, que aprovaram o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), criou o Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) que definem princípios orientadores a ter em consideração em matéria de resíduos.

Assim, com base no SRIR o relatório identifica as infraestruturas de gestão de resíduos existentes no Picos: Centro de Processamento de Resíduos e o Aterro Sanitário; o concessionário de exploração das mesmas e as soluções técnicas neles implementadas.

Prossegue com a quantificação dos resíduos produzidos na ilha, as frações em função dos diferentes destinos dados e onde se verifica uma tendência crescente de valorização em detrimento da eliminação por deposição em aterro.

Sintetizando na conclusão que é possível inferir que o Pico está munido de infraestruturas de gestão de resíduos capazes de responder às necessidades da ilha e permitir uma significativa evolução no tratamento destes.

9 - SISTEMAS ECOLÓGICOS

O Relatório refere que a área em estudo não intersesta nenhuma área classificada para a conservação da natureza, estando, no entanto, próximo de uma ZPE – Furnas de Santo António, sendo que domina o espaço marinho.

As comunidades biológicas presentes na área de estudo estão inseridas no habitat recifes rochosos, existente na frente marítima onde será efetuado o projeto. Este consiste numa área rochosa bastante exposta à ondulação, ficando parcialmente submerso durante a preia-mar e/ou períodos de maior agitação marítima.

Nesta zona é de esperar uma comunidade diversa de macroinvertebrados, onde se incluem as lapas, cracas e litorinas, assim como macroalgas, que, no entanto, não são abundantes pois as águas são relativamente profundas junto ao porto. Nas zonas permanentemente emersas verifica-se a colonização por exemplares de *Spartina patens*, *Euphorbia azorica*, *Laurus azorica* e *Myrica faya*, existindo também a exótica invasora *Ipomoea indica*.

Relativamente à avifauna, dada a localização dentro de um centro urbano, apenas são frequentes espécies cosmopolitas como as gaivotas (*Larus spp.*) os pardais (*Passer domesticus*), melros (*Turdus merula azorensis*), tendo sido avistadas também rolas-do-mar (*Arenaria interpres*).

Ressalva-se, ainda, que o local de estudo se encontra na proximidade de uma zona de nidificação de garajaus comuns (*Sterna hirundo*) e rosados (*Sterna dougallii*), nas Furnas/Ilhéus de Santo António. Considerando que são espécies protegidas, as obras devem ter em consideração o período de nidificação destas aves de forma a minimizar a perturbação junto dos ninhos naquele local.

O arquipélago dos Açores é frequentado por 6 espécies de tartarugas marinhas e 28 espécies de cetáceos, sendo que estes são mais frequentemente avistados ao largo da costa, sendo de esperar que não frequentem a área de estudo.

Em suma a área de estudo insere-se num contexto urbano e numa área portuária, limitando os valores biológicos a espécies que toleram bem a presença humana e artificialização da área, sem especial valor conservacionista.

Informa-se que para além das espécies vegetais mencionadas para as zonas permanentemente emersas que se verifica ainda a presença da espécie Azorina vidália (*Azorina vidalii*) na área do projeto. O estado de conservação da *Azorina vidalii* foi avaliado em 2013 como “Desfavorável – Inadequado” e a espécie encontra-se listada no Anexo B-II da Diretivas Habitats, no Anexo I da Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa (Convenção de Berna) e está classificada como “Em perigo (EN)” pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Sugere-se revisão da caracterização da vegetação na zona permanentemente emersa.

10 – USOS DO SOLO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

“Apreciação de conformidade do EIA “Proteção Costeira, Ordenamento e Cais do Porto S Roque Pico”

Tendo em conta a designação do presente capítulo, bem como o conteúdo do presente RT, julga-se pertinente que deva ser acrescentada a análise à ocupação do solo, mais concretamente através da Carta de Ocupação do Solo dos Açores 2018, na qual se observa que a implantação do projeto se insere em Rocha Nua. Esta consideração deve ser tida em conta nos restantes volumes, e especialmente na avaliação de impactes.

10.1 CONSIDERAÇÕES

Da listagem de instrumentos apresentada, sugere-se a diferenciação da referência ao documento “Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)” e respetiva análise, uma vez que não se trata de um IGT, como os demais instrumentos identificados.

10.2 PLANOS NACIONAIS E REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

10.2.3 Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)

À semelhança do referido no ponto anterior, julga-se que a análise à ENGIZC não deve estar inserida neste capítulo, uma vez que não configura um plano de ordenamento do território.

10.2.5 Programa Regional da Água (PRA)

O diploma Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de abril, aprovou o PRA, no entanto, o mesmo já foi alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2023/A, de 8 de março, pelo que esta referência deve ser acrescentada.

10.2.9 Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC)

Sugere-se que a análise ao PRAC seja mais desenvolvida, especialmente no que respeita às Zonas Ameaçadas pelo Mar, cuja cartografia se encontra disponível no Portal do Ordenamento do Território, no separador Riscos Naturais.

10.2.12 Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Pico (POOC-Pico)

Neste capítulo é efetuada a análise a Outras Áreas Naturais e Culturais e Áreas Balneares, áreas nas quais se verifica a implantação do projeto, bem como a Áreas Edificadas em Zona de Risco e Áreas Edificadas, que integram também a área de estudo.

O EIA efetua também, dentro do presente capítulo, o enquadramento ao Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a Subdivisão dos Açores (PSOEM), sendo que se julga que esta análise deve ser feita num capítulo separado, uma vez que não é do âmbito do POOC Pico.

10.3 PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

“Apreciação de conformidade do EIA “Proteção Costeira, Ordenamento e Cais do Porto S Roque Pico”

10.3.3. Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo

O RT efetua o enquadramento da área de estudo nas classes de espaço, sendo que a implantação do projeto apenas se verifica em Espaços culturais e naturais – Orla costeira e Espaços urbanos. O documento refere ainda a necessidade de solicitar parecer à Câmara Municipal, bem como a diversas entidades, uma vez que, na área de estudo, existem imóveis classificados e infraestruturas portuárias.

10.4 CONFORMIDADE DO PROJETO COM AS SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA E OUTRAS CONDICIONANTES

10.4.1 Considerações

Tendo em conta o apresentado nas peças desenhadas do Volume 2 e no Quadro 3.3 (página 53) do Tomo 1, importa corrigir o Quadro 10.4 – Servidões e restrições de utilidade pública presentes na área de estudo, uma vez que está em falta, no âmbito do PDM, a Reserva Ecológica e as suas tipologias, cuja análise é posteriormente efetuada no capítulo 10.4.4.

10.4.4 Reserva Ecológica Regional

Na página 114, é referido que a *“ação não está interdita, mas está (...) sujeita à realização de uma comunicação prévia à CCDR”*. Sugere-se que seja referido que na Região Autónoma dos Açores (RAA), a aplicação do RJREN é da responsabilidade do departamento do Governo com competência em matéria de ordenamento do território. Para além disso, informa-se que a Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, não é aplicável na RAA.

Dado o objeto em estudo, julga-se que a análise à RE também deve enquadrar as ações *“Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correção torrencial (incluindo as ações de proteção e gestão do domínio hídrico)”* (alínea r) do ponto II - Infraestruturas do Anexo II do RJREN) e *“Equipamentos e apoios à náutica de recreio no mar e em águas de transição, bem como infraestruturas associadas (alínea c) do ponto VII – Equipamentos, Recreio e Lazer do Anexo II do RJREN)”*.

10.5 SÍNTESE

Nesta análise, e à semelhança do referido anteriormente, a referência à ENGIZC não deve ser feita em conjunto com os IGT, uma vez que não configura um instrumento dessa natureza.

Na página 120, é referido o seguinte *“A análise à planta de ordenamento do PDM de São Roque indica que o projeto se encontra em espaços Urbanos”*. Tendo em conta o

enquadramento efetuado no âmbito do PDM, falta a referência à classe de espaço Espaços culturais e naturais – Orla costeira.

11 – PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Neste capítulo o Relatório procede à identificação e caracterização do património histórico-cultural nas vertentes arqueológica, arquitetónica e etnográfica existente na área de implementação do Projeto.

Faz um breve enquadramento histórico da área de implantação do projeto, relevando a importância do Porto Velho de São Roque do Pico nas trocas comerciais com o exterior da ilha e o papel central desde cedo, determinante na caça à baleia e no seu subsequente processamento no século XX, sendo uma zona com uma grande concentração de infraestruturas associadas a esta atividade.

São apresentados os naufrágios históricos conhecidos na ilha do Pico, dando conta de 24 ocorrências, sendo que a única ocorrência possivelmente na zona da empreitada corresponde ao yacht português *Caridade*, de 100 toneladas, que terá naufragado em 1859, defronte do Cais do Pico. O Inventário do Património Arqueológico dos Açores, disponível na página da Direção Regional da Cultura dos Açores (DRAC), não mostra nenhuma entrada para a área de afetação prevista na empreitada.

Prossegue com a identificação dos edifícios históricos classificados no Inventário do património imóvel de São Roque do Pico na envolvente á área do projeto onde se destacam a atual Agência do Banco Comercial dos Açores, a casa de André Silveira e a casa da Farmácia Picoense, o Posto de despacho da Guarda Fiscal e o complexo ligado à Fábrica das Armações Baleeiras Reunidas, Lda., atualmente um dos polos museológicos do Pico - Museu da Indústria Baleeira, na antiga fábrica de Vitaminas, Óleos, Farinhas e Adubos.

Conclui que embora não sejam conhecidos vestígios arqueológicos subaquáticos na área de implantação da obra, mas atendendo que se trata de uma das áreas portuárias com maior atividade baleeira, na envolvente do Porto Velho, será expectável a existência de vestígios dessa mesma atividade submersos na área de afetação, considera por isso relevante que seja ponderada a execução prévia da prospeção subaquática da área de afetação da empreitada, recomendando também o acompanhamento arqueológico presencial e permanente de trabalhos de dragagem que venham a ser efetuados.

Como referido no Capítulo 1 deste parecer, a Autoridade Ambiental remeteu à DRaC o EIA e o Anteprojeto para apreciação por aquela entidade competente o conteúdo destes documentos. Esta, entretanto, remeteu o seu parecer o qual se anexa ao presente documento

12 – PAISAGEM

Para este descritor o Relatório define que a área de estudo da paisagem compreende uma extensão de cerca de 35 km² e descreve a metodologia desenvolvida a aplicar na avaliação dos parâmetros Capacidade de Absorção Visual da Paisagem, Qualidade da Paisagem, Sensibilidade da Paisagem e elaboração das respetivas cartas temáticas.

A caracterização das unidades de paisagem é baseada no Sistema de Informação de Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores e ao trabalho de base desenvolvido para a sua concretização, que consistiu na atualização do ‘Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores’, publicado pelo Governo dos Açores em 2005, e que se encontra disponível para consulta no Portal do Ordenamento do Território dos Açores.

Considera-se que a caracterização é suficiente para os objetivos da avaliação em curso.

13 – SOCIOECONOMIA

Neste fator ambiental é feita uma caracterização muito pormenorizada do concelho de São Roque do Pico, com dados estatísticos predominantemente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), nomeadamente os Recenseamentos Gerais da População de 2001, de 2011 e de 2021, comparando a respetiva evolução para a componente demográfica, estrutura socioeconómica e cultural, turismo, e saúde humana. Esta caracterização é apresentada através de tabelas e textos com dados comparativos da realidade do concelho de São Roque do Pico com o panorama regional e nacional.

No que concerne à demografia verifica-se que a região registou um decréscimo populacional no último decénio de cerca de 4,2%% e que o concelho diretamente interessado pelo projeto confirma esta tendência de decréscimo sendo este na ordem dos 5%. Verificou-se ainda que se acentuou o desequilíbrio entre o escalão dos jovens e o escalão dos mais idosos, confirmada pelo aumento do índice de envelhecimento. Os restantes indicadores demográficos reforçam a tendência de decréscimo do crescimento e do envelhecimento da população, verificando-se uma redução nas taxas de natalidade, da taxa de fecundidade geral e da taxa de mortalidade no concelho de São Roque do Pico.

Nos Açores a taxa de ocupação é de cerca de 88%, sendo que 75% correspondem a residências de uso habitual e 45% a residências de uso sazonal ou secundário. Ao nível concelhio, o panorama é distinto, pois em São Roque do Pico as residências de uso sazonal correspondem a 32%.

Relativamente à dinâmica económica, a região dos Açores contribuiu em cerca de 2,1% para o PIB nacional. Os indicadores *per capita* são também inferiores aos registados a nível nacional. Também a remuneração por emprego na região é inferior à verificada nacionalmente. As atividades que mais contribuem em termos económicos são o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, as indústrias transformadoras, a construção e o alojamento, restauração e similares.

TOMO 3 - AVALIAÇÃO DE IMPACTES

1 – PROJEÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Na inexistência de alternativas ao Anteprojeto avaliadas no EIA, este procura no presente capítulo cumprir a obrigatoriedade do Diploma AILA de equacionar a alternativa zero do conteúdo mínimo, assumindo, contudo, um carácter qualitativo e não verificável no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte e de Pós-Avaliação da projeção da situação de referência para os diferentes fatores ambientais.

No Clima alerta para a diminuição da resiliência da costa devido à subida do nível médio das águas do mar, sem a obra de proteção costeira.

Não refere qualquer interferência ao nível dos recursos hídricos.

Não prevê qualquer alteração na hidrodinâmica marinha e sedimentar no futuro em a implementação da Empreitadas.

Ao nível do Ruído e Vibrações o Relatório refere que na ausência do projeto, perspectiva-se que os recetores sensíveis localizados na zona de influência destas infraestruturas não venham a ser sujeitos ao incómodo que ruído da fase de construção e do aumento de embarcações poderá gerar, mantendo-se a situação inalterada.

Na ausência do projeto, manter-se-ão as características descritas na caracterização da situação de referência ao nível da qualidade do ar.

Em termos de gestão de resíduos, o Relatório prevê que na ausência do projeto, se manterão as características descritas para a situação de referência, estando estas sujeitas à evolução que as demais atividades humanas que têm lugar na região ditem.

“Apreciação de conformidade do EIA “Proteção Costeira, Ordenamento e Cais do Porto S Roque Pico”

Na ausência do projeto prevê que as características ecológicas da área caracterizada se mantenham inalteradas de futuro.

Não havendo projeto considera que não haja necessidade de proceder a alteração de classificação do solo para instalação de infraestruturas, nem que seja assegurada a compatibilização das mesmas com os diversos instrumentos de ordenamento do território em presença.

Ao nível do Património histórico e cultural perspectiva que a situação se mantenha inalterada na ausência do Projeto.

Sem o Projeto a Paisagem não será afetada pelo que a evolução desta será função do prolongamento da que tem vindo a ser sentida regionalmente.

Com a não concretização do projeto permanecerão os constrangimentos existentes a um conjunto de atividades socioeconómicas que o projeto potenciaria.

2 – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS

Nesta fase do procedimento de AIA, de verificação da conformidade do EIA, a CA evita pronunciar-se sobre a avaliação dos impactes da Empreitada efetuada pelos autores para não influenciar a Participação Pública de eventuais interessados. Exceto se detetar erros que possam afetar as conclusões do procedimento.

Face ao acima exposto, nas apreciações ao presente capítulo a CA limita-se geralmente a aos aspetos que considera importantes referir, tal não significa concordância absoluta com os aspetos não comentados.

2.1 – PRINCIPAIS AÇÕES GERADORAS DE IMPACTES

O Relatório começa por referir que neste capítulo apresenta a previsão dos impactes ambientais resultantes da empreitada de proteção da orla costeira, considerando as características da Empreitada face à projeção da situação de referência.

Para este objetivo identifica e descreve as principais atividades associadas às fases de construção e de exploração, de forma genérica também refere alguns eventuais impactes associados a estas ações.

Refere que a fase de desativação do Projeto, devido ao distanciamento temporal, não permitir estimar um cenário fiável.

2.2 - METODOLOGIA E CRITÉRIOS

Neste ponto, o Relatório descreve o procedimento para os autores produzirem uma “Matriz de Identificação e Avaliação de Impactes”. Esta resultou da determinação de relações causa-efeito entre as principais ações associadas às diferentes fases do Projeto sobre os vários fatores ambientais caracterizados na situação de referência e tendo em conta os seguintes parâmetros de carácter qualitativo explicados no documento: sentido valorativo, tipo de ocorrência, probabilidade de ocorrência, duração, âmbito espacial, desfasamento no tempo, reversibilidade, significado e magnitude.

A “Matriz de Identificação e Avaliação de Impactes” é apresentada no Anexo 1 do Relatório e tendo em conta a justificação acima exposta, a CA evita pronunciar-se sobre a avaliação dos impactes da Empreitada ali efetuada nesta fase do procedimento de AIA anterior à Consulta Pública.

2.3 – ANÁLISE POR FATOR AMBIENTAL

2.3.1 - **Clima e Alterações Climáticas**

Fase de Construção

- Utilização e maquinaria e energia elétrica responsável pela emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Fase de Exploração

- Diminuição das condições locais de agitação do mar, contribuindo para evitar a inundação da zona marginal da vila e assegurar melhores condições de segurança e operacionalidade na bacia portuária;
- Adaptação aos efeitos das alterações climáticas, aumentando localmente a sua resiliência ao fenómeno das alterações climáticas face ao estado de degradação na situação de referência;
- Emissões de GEE associadas à utilização e manutenção da rede viária e aumento de tráfego e acostagem de embarcações.

A CA tem a referir que a avaliação apresentada para esta fase possui inconsistências: primeiro, o aumento da resiliência das condições da vila a galgamentos e inundações referido neste ponto é contraditório com o facto de na caracterização deste descritor tal vulnerabilidade não ter sido identificada, nem referido qualquer evento histórico em que tal tenha ocorrido. Segundo, se é reconhecido uma melhoria, o sentido valorativo do impacte mencionado não pode ser nulo.

Fase de desativação

- Emissões de GEE no desmantelamento e posterior redução;
- Renaturalização da área de intervenção

A CA considera o desmantelamento do porto se afigura como um cenário especulativo e, por isso, difícil de apreciar e comentar.

2.3.2 - **Geologia e Geomorfologia**

Fase de Construção

- Alterações da morfologia ou topografia e potenciação de fenómenos de erosão;
- Utilização de recurso geológico gerador dos impactes já em curso com a exploração da pedreira para obtenção de material de empréstimo;
- Afetação do equilíbrio sedimentar ao longo da costa

A CA não tem reparos com significância que mereçam ser reportados neste ponto do parecer.

Fase de Exploração

- Alterações na dinâmica sedimentar pela presença dos molhes.

Fase de Desativação

- Reposição das condições interferidas pela presença dos molhes.

2.3.3 - **Recursos Hídricos**

A secção relativa à identificação dos impactes ambientais começa por identificar as ações geradoras de impactes, nomeadamente:

Fase de construção

- Instalação e atividade de estaleiros e utilização de acessibilidades;
- Exploração de áreas de empréstimo e depósito de materiais sobranes;
- Desmonte e demolição de estruturas existentes;
- Execução de operações de dragagem;
- Execução de terraplenos, muros e instalação de elementos pré-fabricados em betão;
- Construção de novos acessos e equipamentos;
- Construção de infraestruturas pontuais (edifícios);

Fase de exploração

- Presença e manutenção dos molhes;

- Presença, utilização e manutenção da rede viária, equipamentos e infraestruturas pontuais;
- Tráfego e acostagem de embarcações e operações associadas

Fase de desativação

- Desmantelamento integral e remoção das infraestruturas;

Relativamente às águas subterrâneas, o EIA refere que a área de estudo do Projeto se insere num local onde a zona preferencial de recarga subterrânea é classificada como moderada a reduzida, não existindo um corpo aquífero propriamente dito, uma vez que não existem dados que permitam a análise da estratificação das águas no interior da massa de água subterrânea, pelo que se considera que os impactos sobre os Recursos Hídricos Subterrâneos são, na maioria, não mensuráveis, não obstante a eventualidade de ocorrência pontual de derrames de poluentes que possam ser, em ações específicas, fatores negativos.

Neste ponto, alerta-se para o referido no indicador “Recursos Hídricos” na caracterização da situação de referência, especialmente tendo em conta que agora é mencionada a possibilidade de ocorrência pontual de derrames de poluentes, para além de que não é justificada a ausência de impactos nas águas subterrâneas, decorrentes de ações geradoras de impactos, que ocorram em terra (Instalação e atividade de estaleiros e utilização de acessibilidades; Exploração de áreas de empréstimo e depósito de materiais sobrantes; Desmonte e demolição de estruturas existentes; Execução de terraplenos, muros e instalação de elementos pré-fabricados em betão; Construção de novos acessos e equipamentos; Construção de infraestruturas pontuais (edifícios); Presença, utilização e manutenção da rede viária, equipamentos e infraestruturas pontuais).

Relativamente às águas interiores superficiais, novamente, verificam-se incongruências. Por um lado, a situação de referência indica que o curso de água mais próximo se situa a 400m da área de projeto. Posteriormente, é referido que os impactos sobre os Recursos Hídricos Superficiais ocorrem em todas as fases do projeto, criando inúmeras pressões e fontes de contaminação para as linhas de água próximas do porto, sendo omissa a identificação dos impactos nos cursos de água que eventualmente se encontrem entre a área de projeto e as áreas de empréstimo e depósito de materiais sobrantes. No final, considera que o impacto nos recursos hídricos é pouco significativo.

Ainda na secção de Recursos Hídricos, mais especificamente no que diz respeito às águas balneares, a CA considera os seguintes impactos como mais importantes:

Fase de construção:

- Instalação e atividade de estaleiros e utilização de acessibilidades;
- Exploração de áreas de empréstimo e depósito de materiais sobranes;
- Desmonte e demolição de estruturas existentes;
- Execução de operações de dragagem;
- Execução de terraplenos, muros e instalação de elementos pré-fabricados em betão;
- Construção de novos acessos e equipamentos;
- Construção de infraestruturas pontuais (edifícios);

Fase de Exploração:

- Tráfego e acostagem de embarcações e operações associadas

Fase de Desativação:

- Desmantelamento integral e remoção das infraestruturas

Estes impactes incidem de forma negativa na utilização balnear, uma vez que os trabalhos, por um lado, condicionarão a atividade dos banhistas que usufruam do espaço e, por outro, pela possibilidade de contaminação daquele espaço, comprometendo, deste modo, a qualidade da água balnear.

2.3.4 - **Hidrodinâmica Marinha e Regime Sedimentar**

Fase de Construção

- Alterações na hidrodinâmica e do regime sedimentar durante as operações de dragagem.

A CA considera que desde o início de construção de terraplenos, de molhes e cais existem também alterações no hidrodinamismo que se tornam permanentes aquando da sua presença, aspeto que depois é considerado na fase de exploração no EIA, mas iniciado desde a construção.

Fase de Exploração

- *Alteração da hidrodinâmica marinha e do regime sedimentar, que vão desde a circulação da água, condições de agitação e variações dos locais e das taxas de sedimentação.*

A CA considera que efetivamente este é um dos impactes mais significativos que ocorre na sequência da implantação do projeto que está pouco estudado em fase de Anteprojeto no Relatório.

A situação acima referida apenas não compromete a conformidade do EIA, por ser viável solicitar ainda estudos aprofundados com modelações pormenorizadas em fase de Projeto de Execução ao nível da agitação marinha cenarizando vários regimes de ondulação, para a circulação da água, bem como para o regime sedimentar que deverão acompanhar o RECAPE, de modo a permitir assegurar as condições de operacionalidade e de segurança no estacionamento das embarcações na área de estudo e do não agravamento do perigo de exposição das zonas costeiras na imediações ao Projeto a fenómenos de inundação e de galgamento. Sendo este um aspeto crucial para a aprovação da versão final do projeto.

Igualmente importa ter os efeitos da versão final do projeto no regime sedimentar e na hidrodinâmica para perceber da frequência e dimensão dos trabalhos de dragagens nas baías portuárias da área de estudo e da afetação das condições de operacionalidade dos cais existentes na situação de referência.

Fase de Desativação

- O desmantelamento conduzirá à reposição da hidrodinâmica e do regime sedimentar.

A CA considera este impacte especulativo, tendo em conta que devido às alterações climáticas ser altamente improvável que com a previsível subida do nível dos oceanos se reponha o hidrodinamismo atual na zona a intervencionar.

2.3.5 - Ruído e Vibrações

Fase de Construção

- Aumento dos níveis de ruído função dos locais e tipos dos trabalhos a desenrolar na frente de obra e no percurso entre a origem dos materiais de empréstimo e a implantação do Projeto.

A CA considera que os elementos apresentados foram muito pouco pormenorizados e sem nenhuma estimativa de quantificação em matéria de ruído. Todavia, importa, sobretudo, esclarecer se nas operações de desmonte de infraestruturas, da plataforma rochosa existente e nas ações de dragagens já existem estudos suficientes que assegurem de que em nenhuma situação serão utilizados explosivos nesta fase, só nesta condição se torna dispensável a não realização de avaliações em matéria de vibrações.

A existir a possibilidade de uso de explosivos, o estudo deverá ser complementado com uma caracterização das condições de sismorresistência dos imóveis mais próximos do projeto e avaliado o impacte dessas vibrações, tal como efetuado no EIA para a Empreitada de Reparação do Molhe do Porto das Lajes do Pico, no âmbito dos prejuízos decorrentes do

furacão Lorenzo, competindo aos Autores do atual EIA a adoção do método de caracterização da situação de referência e de avaliação dos impactes e eventual monitorização.

Fase de Exploração

- Aumento de ruído associado às operações de funcionamento, utilização e de manutenção da infraestrutura.

Fase de Desativação

- Aumento de ruído associado aos trabalhos da fase de construção.

A CA considera que nesta fase além das incertezas associadas à distância temporal e do destino a dar às infraestruturas, não é previsível o uso de explosivos, pelo que considera suficiente o exposto no Relatório.

2.3.6 - Qualidade do Ar

Fase de Construção

- Emissão de poluentes e levantamento de poeiras.

Fase de Exploração

- Emissão de poluentes e levantamento de poeiras.

Fase de Desativação

- Emissão de poluentes e levantamento de poeiras.

A CA não tem comentários a efetuar sobre a avaliação apresentada no EIA.

2.3.7 - Gestão de Resíduos

Fase de Construção

- Produção de efluentes domésticos, resíduos sólidos urbanos, materiais betuminosos, óleos, resíduos contaminados e perigosos, bem como de resíduos de construção e demolição e sedimentos de dragagens.

Fase de Exploração

- Produção de efluentes sanitários, materiais betuminosos, óleos, resíduos contaminados e perigosos, bem como de resíduos de construção.

Fase de Desativação

Apesar do texto referir um impacte positivo, na matriz é referido como negativo, contudo, dado ao carácter especulativo desta fase no EIA, a CA não considera grave esta incoerência e o pouco aprofundamento dos impactes para a desativação neste fator ambiental.

A CA não tem elementos a solicitar para este ponto, contudo vai propor que no futuro o Plano de Gestão Ambiental da Empreitada de Construção e o Plano de Prevenção e de Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição sejam alvo de apreciação da Divisão de Gestão de Resíduos da DRAAC.

2.3.8 - **Sistemas Ecológicos**

A Avaliação de Impactes Ambientais realizada no EIA incide sobre as fases de construção, exploração e desativação do projeto. A CA não detetou situações nesta fase para corrigir ou comentar.

Para a fase de construção prevêem-se impactes sobre os valores ecológicos, **negativos e significativos** sobretudo para as ações “Execução de terraplenos, muros e instalação de elementos pré-fabricados em betão”. Embora a ação “Desmonte e demolição de estruturas existentes” também cause destruição de habitat, considera-se que ocorre a uma escala bem mais pequena que a ação prévia pelo que se justifica a maior significância atribuída, uma vez que alterará permanentemente a área de implantação, deixando de ter capacidade para suportar as mesmas comunidades, previamente existentes.

Na fase de exploração os impactes serão, globalmente, **negativos e significativos**, como resultado da ação: “Tráfego e acostagem de embarcações e operações associadas”, sendo que se nota que a ação “Presença e manutenção dos molhes” trará um impacte **positivo pouco significativo**, ao criar uma zona de refúgio e habitat para algumas espécies de peixes, bivalves e algas.

Na fase de desativação, a remoção das infraestruturas causará impactes semelhantes aos encontrados na fase de construção ao envolver movimentos de pessoas e maquinaria. No entanto, uma vez que os valores ecológicos originais já se encontram irremediavelmente alterados, sendo possível o estabelecimento de novas comunidades (como de bivalves) e dada a incerteza quanto ao futuro e à própria desativação, considera-se como tendo um impacte **negativo pouco significativo**.

A nível de avifauna marinha, a CA considera que os impactes mais significativos são os seguintes:

Fase de construção:

Desmonte e demolição de estruturas existentes;

Fase de Desativação:

Desmantelamento integral e remoção das infraestruturas

Sendo que a CA considera, dada a distância das espécies protegidas presentes na zona dos ilhéus/furna de Santo António, como um impacto negativo pouco significativo.

2.3.9 – Usos do Solo e Ordenamento do Território

Reforça-se a necessidade de avaliação do impacto de ocupação do solo, que passa de rocha nua, que se insere em Florestas e meios naturais e seminaturais, para Território Artificializados (fase de construção e exploração).

Importa salvaguardar que, nas fases posteriores ao EIA, o promotor do projeto deve indicar e solicitar parecer quanto à localização dos estaleiros, bem como das áreas de empréstimo e depósito de materiais sobrantes.

Sugere-se que seja referido que, na fase de exploração, existe um impacto relativo à alteração do uso do solo nesta área, uma vez que deixa de se enquadrar em Espaços culturais e naturais – Orla costeira, cabendo à Câmara Municipal atualizar a delimitação e classificação do solo, em sede de alteração/revisão do seu PDM.

2.3.10 - Património

O principal impacto gerado pelo Projeto neste fator ambiental corresponde à perda da rampa e cais do Porto Velho, que se considera relevante, por corresponder ao desaparecimento de uma memória coletiva materializada no mais antigo porto do Pico.

Os impactos sobre o património submerso são, de momento, incertos, devendo ser avaliados em fase de RECAPE, com recurso a trabalhos específicos de recolha de dados primários.

As restantes fases e atividades não trarão impactos sobre este descritor.

2.3.11 – Paisagem

O EIA apresenta os efeitos da construção, exploração e desativação na paisagem da área de estudo e a CA não detetou situações nesta fase para corrigir ou comentar.

A introdução do projeto na paisagem determinará uma alteração profunda da leitura da linha de costa, associada à alteração da vivência urbana de São Roque do Pico, como resultado da maior afluência de pessoas.

No que concerne as infraestruturas do projeto na paisagem estima-se como significativamente negativa a introdução dos molhes e a alteração da linha de costa e afigurando-se como reduzida a possibilidade de minimização dos impactes gerados na paisagem por estas infraestruturas.

2.3.12 - **Socioeconomia**

O EIA apresenta os efeitos da construção, exploração e desativação nas dinâmicas socioeconómicas da área de estudo e a CA não detetou situações nesta fase para corrigir ou comentar.

Os impactes sobre a Socioeconomia e a Saúde Humana ocorrem em todas as fases do projeto. Contudo, os impactes negativos concentram-se nas fases de construção e desativação, enquanto na fase de exploração se prevê que a maioria dos impactes seja **positivos** e **significativos**, contribuindo para o desenvolvimento que se fará sentir tanto a nível da ilha do Pico como a nível regional.

3 – AVALIAÇÃO DE RISCOS

3.1 – CONSIDERAÇÕES

O EIA começa por apresentar a definição de risco: "*probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e a estimativa correspondente de suas consequências sobre pessoas, propriedades ou meio ambiente, expressas em danos físicos e/ou prejuízos materiais e funcionais, diretos ou indiretos*". Para depois abordar a questão da gestão dos riscos, com base em análise de risco para o caracterizar e prevenir, para depois efetuar a respetiva mitigação e planeamento da emergência.

O Relatório assume análises para os riscos naturais sobre a área de Estudo e os tecnológicos resultantes da atividade humana associados ao projeto, fatores internos, ou provenientes de outras ações na área, fatores externos mais difíceis de controlo pelo proponente.

O EIA assume que a metodologia apresentada para avaliação do risco foi a utilizada no Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPCA) com exposição dos critérios definidores da classificação do grau de gravidade versus probabilidade para elaboração da Matriz e classificação do risco.

3.2 – FATORES EXTERNOS

Neste ponto, estão listados e descritos os riscos naturais, tecnológicas e mistos a que a área de estudo e envolvente estão expostas e, igualmente, é apresentado, sempre que disponível, a respetiva representação espacial em classes de suscetibilidade aos mesmos na carta da ilha do Pico.

Ao contrário da caracterização, neste ponto o EIA já identifica os riscos de galgamento na área de estudo na qual a suscetibilidade é elevada.

3.3 – FATORES INTERNOS

Os riscos internos foram identificados para a fases de construção e de exploração do projeto. Na primeira os de segurança, a ocorrência de acidentes de viação, colisões marinhas e derrames de poluentes. Na segunda: falhas de infraestruturas.

Estranhamente a CA verifica que não foram considerados riscos associados à atividade de operações de movimentos de embarcações.

3.4 – AVALIAÇÃO DO RISCO: AVALIAÇÃO E APRECIACÃO

São apresentadas matrizes para os riscos internos e externos, não sendo, contudo, feita a repartição das mesmas pelas fases de exploração e de construção.

4 – SÍNTESE DE AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Neste capítulo remete-se para o anexo com a matriz de impactes e a avaliação de cada um através de uma simbologia de classificação e valoração dos diferentes critérios que estão na base da matriz e expostos em 2.2. deste Tomo.

TOMO 4 – MITIGAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E CONCLUSÕES

1 – MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E CONCLUSÕES

1.1 – CONSIDERAÇÕES

Aqui o EIA refere que com base na avaliação determinada e exposto no Tomo III procura definir um conjunto de medidas onde se procura minimizar os impactes negativos, pelo menos mais significativos ou de compensação.

Explicita que estas medidas podem ser gerais, se transversais a vários descritores ou específicas para um dado fator ambiental, as quais podem ser aplicadas à fase de construção

ou de exploração e que se pretendem desenvolver aquando do procedimento de RECAPE e a integrar o Plano de Gestão Ambiental da Empreitada de Construção.

Na definição das medidas os autores seguiram as indicadas no site da Agência Portuguesa de Ambiente (APA).

Em consequência do referido pela CA de não aprofundamento neste parecer no que se refere à avaliação dos impactes para não influenciar a consulta pública, também agora, não é pertinente grandes comentários às medidas referentes a esses impactes.

1.2 – MEDIDAS DE MITIGAÇÃO GERAIS

Estas estão agrupadas pelos momentos de implementação no terreno conforme os pontos abaixo expostos:

1.2.1 – **Fase de preparação prévia à execução das obras MMG(FC)**

A CA nada tem a comentar nesta fase do procedimento de AIA.

1.2.2 – **Fase de execução obras MMG(FC)**

A CA nada tem a comentar nesta fase do procedimento de AIA, a não ser o facto de que é evidente que os autores ao transcreverem as medidas da APA nem tiveram em atenção a especificidade açorianas onde não existem manchas de sobreiros e azinheiras nem da tipologia do projeto e meio costeiro(marinho) ou indicação dos regimes legais regionais.

1.2.3 – **Fase final de execução obras MMG(FC)**

A CA nada tem a comentar nesta fase do procedimento de AIA.

1.3 – MEDIDAS DE MITIGAÇÃO ESPECÍFICAS

1.3.1 – **Fase de RECAPE MMG(RECAPE)**

A CA nada tem a comentar nesta fase do procedimento de AIA, a não ser o facto de ser evidente que os autores ao transcreverem as medidas da APA não tiveram em atenção algumas especificidades açorianas nem de as referenciar aos regimes legais e instituições regionais e de fazer menção a trabalhos e planos que não foram ainda apresentados, como por exemplo.

MM(RECAPE) 1 - Efetuar a prospeção subaquática do património arqueológico na área de implantação da componente marítima do projeto, com produção de relatório dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos.

MM(RECAPE) 4 - Elaborar um Plano de Gestão e Controlo de Espécies Exóticas Invasoras (PGCEEI) na área de estudo que deverá ser presente às Autoridades competentes para aprovação.

A CA comunica desde já que todos os planos descritos como medidas ou nestas previstos no EIA devem acompanhar a documentação a apresentar para o procedimento de RECAPE.

1.3.2 – Fase de Construção MMG(FC)

Recursos Hídricos

A CA verifica que, apesar serem identificados impactes ao nível dos recursos hídricos interiores superficiais, não são apresentadas medidas de mitigação das mesmas, sendo apenas proposta a implementação do programa de monitorização da qualidade da água costeira.

Geologia e Geomorfologia

A CA não tem nada a comentar.

Hidrodinâmica Marinha e Regime Sedimentar

Não foram identificadas medidas, contudo, os planos de gestão ambiental a apresentar, deverão conter medidas de mitigação com este objetivo.

Ruído e Vibrações

Deduz-se que a medida MM(FC) 5 possui um erro no texto, esta pretende impor um limite superior e não inferior de excedência de ruído.

Gestão de Resíduos

Como referido acima, os planos mencionados para este fator terão de acompanhar o RECAPE.

Sistemas Ecológicos

MM(FC) 12 - Implementar o Plano de Gestão e Controlo de Espécies Exóticas Invasoras referente à fase de construção.

MM(FC) 13 - Deverão ser cumpridas as boas práticas para deposição e remoção de dragados do Plano de Afetação para a Imersão de Dragados da DGRM (<https://www.dgrm.mm.gov.pt/destaques?articleId=680605>).

MM(FC) 14 - Utilizar barreiras de contenção ou cortinas de turbidez para controlar e minimizar a turbidez decorrente das operações de dragagem.

MM(FC) 15 - Utilizar metodologias e equipamentos de dragagem que permitam minimizar a ressuspensão dos sedimentos e os derrames acidentais de óleos e outras substâncias poluentes.

A nível de avifauna marinha a CA concorda com as medidas propostas e nada mais tem a acrescentar.

Face às medidas propostas, a CA nada mais tem a adicionar.

Usos do Solo e Ordenamento do Território

O RT refere como a seguinte medida de mitigação para o descritor “Usos do Solo e Ordenamento do Território”: *“Obter parecer favorável por todas as entidades com jurisdição na área e assegurar, caso aplicável, as eventuais condições que as mesmas venham a requerer”*, sendo que se concorda com a mesma, não havendo sugestões de alteração neste sentido.

Património

MM(FC) 17 - Aplicar o Programa de Acompanhamento Arqueológico, estabelecido e programado previamente de acordo com as fases de execução e com as áreas de incidência do projeto.

MM(FC) 18 - Assegurar o registo para memória futura de património cuja integridade não seja possível salvaguardar e a afetação seja inevitável.

MM(FC) 19 - Assegurar o acompanhamento arqueológico de obra que terá de ser um procedimento inerente a todas as etapas da obra que impliquem a mobilização de solos (e.g., escavação, aterro, terraplenagem). Este acompanhamento será realizado por um arqueólogo ou uma equipa de arqueólogos e/ou técnicos de arqueologia, devidamente credenciados para o efeito, especializados em património subaquático.

MM(FC) 20 - As eventuais ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra devem, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial, ser conservadas *in situ* ou salvaguardadas pelo registo. Os achados móveis deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.

A CA concorda com as medidas e nada mais tem a acrescentar.

Paisagem

MM(FC) 21 - As áreas de empréstimo devem localizar-se preferencialmente em locais com elevada capacidade de absorção visual e menor sensibilidade, e, após o fim da obra, devem ser objeto de um projeto de recuperação, que acelere a sua integração na envolvente.

MM(FC) 22 - Finda a utilização dos estaleiros, estes serão desativados, assegurando-se a reposição das condições iniciais.

MM(FC) 23 - Definir estruturas de contenção/integração visual da área de estaleiro e da obra, de forma a minimizar impactes visuais.

Face às medidas propostas, a CA nada mais tem a adicionar.

Socioeconomia

MM(FC) 24 - Deve ser garantido, em fase de obra, que todos os trabalhadores têm acesso a cuidados de saúde adequados e proporcionais.

MM(FC) 25 - Coordenar com as autoridades reguladoras do trânsito medidas de sinalização e de redução de velocidades, a fim de minimizar os problemas de segurança rodoviária, bem como outras medidas necessárias para minimizar congestionamentos.

MM(FC) 26 - Interdição da Zona Balnear do Cais do Pico (Código da praia: PTAV2U), aquando da realização de trabalhos que ponham em causa a respetiva utilização em condições de segurança;

MM(FC) 27 - Sinalização da Zona Balnear do Cais do Pico (Código da praia: PTAV2U) alertando para a realização de obras;

MM(FC) 28 - Caso a monitorização da qualidade da água costeira, detalhada no item 2.3, venha, durante a época balnear, a revelar valores inadequados à prática balnear na Zona Balnear do Cais do Pico (Código da praia: PTAV2U), dever-se-ão investigar as potenciais relações dos valores medidos com as ações construtivas do projeto. No caso de se confirmar relação de causa-efeito com a empreitada, dever-se-ão, em articulação com a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, definir medidas de mitigação adicionais.

A CA nada tem a adicionar às medidas propostas.

1.3.3 – Fase de Exploração MMG(FC)

Recursos Hídricos

A CA verifica que, apesar serem identificados impactes ao nível dos recursos hídricos interiores superficiais, não são apresentadas medidas de mitigação das mesmas.

Biodiversidade

MM(FE) 1 - Assegurar o cumprimento diretrizes específicas respeitantes às operações de lastragem e deslastragem da legislação nacional em vigor e da Convenção Internacional para o Controlo e Gestão das Águas de Lastro e Sedimentos dos Navios, onde se inclui a limpeza frequente dos cascos das embarcações e o tratamento das águas de lastro antes de serem lançadas no meio natural.

MM(FE) 2 - Implementar o Plano de Gestão e Controlo de Espécies Exóticas Invasoras naquilo que se relaciona com a fase de exploração.

2 – MONITORIZAÇÃO

O RS expõe neste capítulo dois programas de monitorização.

2.1 – RUÍDO

A CA tem a referir que os limites a verificar são os do quadro legal definidos no Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A e não os do diploma mencionado. Terão de programadas medições que assegurem a determinação do ruído durante a realização das atividades estimadas como as mais ruidosas. O programa deve estar devidamente pormenorizado para apreciação em fase de RECAPE.

2.2 – QUALIDADE DA ÁGUA COSTEIRA

A nível de águas e zonas balneares a CA verifica que o programa proposto para a monitorização da qualidade das águas balneares é adequado, pelo que nada mais tem a acrescentar.

3– IMPACTES RESIDUAIS

O Relatório neste ponto reavalia os impactes negativos classificados como significativos ou muito significativos, considerando a implementação das medidas de mitigação propostas no EIA, não se estendendo à fase de desativação devido à incerteza associada.

O EIA deduz que apenas os impactes do desmonte e demolição de estruturas existentes sobre o património histórico-cultural e o impacte da execução de terraplenos, muros e instalação de elementos pré-fabricados em betão sobre a paisagem permanecerão para a fase de exploração do Projeto. Remetendo as suas conclusões para o tomo anterior

4 – LACUNAS DE CONHECIMENTO

O Relatório assume persistirem ainda as seguintes lacunas de conhecimento:

- o inventário do património cultural/arqueológico submerso nas áreas marítimas a intervir no âmbito da execução do projeto;
- a quantificação de alguns dos impactes identificados e avaliados, perspetivando que alguns desta é colmatável com a implementação dos programas de monitorização propostos;
- as incertezas associadas às alterações que o anteprojecto possa ainda sofrer até ao Projeto de Execução.

A CA tem ainda a referir que o estudo não efetuou um estudo de hidrodinamismo e do regime sedimentar robusto da área de implantação do projeto, sendo esta uma lacuna significativa sentida até ao momento. Esta só não compromete em definitivo a conformidade do EIA por poder ser colmatada em procedimento de RECAPE, bem como nesse momento ter de ficar demonstrado que dos impactes perspetivados com a implementação do Projeto de Execução os custos benefícios sobre este fator ambiental não comprometem a viabilidade da Empreitada por um balanço global de impactes resultar num saldo positivo.

5 – CONCLUSÕES

O Relatório apresenta como conclusão que da sua avaliação considera ser de viabilizar a Empreitada de Proteção da Orla Costeira, Ordenamento da Baía e Cais de Passageiros do Porto de São Roque do Pico, mas no cumprimento das medidas e programas preconizados no EIA.

A CA não se pronuncia nesta fase do procedimento de AIA para não influenciar a consulta pública.

SUB-CAPÍTULO 3.2 – Estudo de Impacte Ambiental - Resumo Não Técnico - RNT

Na sua estrutura, o volume RNT começa por informar de uma forma genérica, o que é um Procedimento de AIA, o que se pretende com este, esclarece que os seus resultados são transpostos para uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e o modo como esta condiciona a execução do Projeto.

Depois, dá a conhecer, de uma forma resumida e em linguagem simples, as principais características da Empreitada, os objetivos para a sua implementação, bem como o conteúdo do Relatório ao nível da caracterização da situação de referência da área de estudo, os impactes

perspetivados com a implementação do Projeto e das medidas propostas do Estudo para mitigar esses efeitos.

A CA, verifica que a estrutura e a forma de conteúdo do RNT estão em conformidade com o Diploma AILA, todavia, ao ser um resumo do Relatório, este transpõe para aquele algumas das suas imperfeições, sendo a mais gravosa o facto de assumir que a principal necessidade do projeto é construir um novo cais de passageiros com o objetivo de aumentar a operacionalidade do cais existente. Isto quando nem o Relatório nem o RNT assumem que esta valência não vai ser construída.

Igualmente, persistem no RNT as lacunas sentidas no Relatório em matéria de caracterização do hidrodinamismo costeiro e regime sedimentar na área de estudo, sendo a obra um projeto de proteção costeira, este volume nem identifica a existência de locais expostos a galgamentos, nem reconhece que a subida dos oceanos pode agravar esta situação, tal como é omissa sobre a eventualidade do uso de explosivos, situação que a ocorrer implica uma maior caracterização em termos de vibrações e qualidade estrutural dos imóveis próximos da frente de desmontes.

Assim, o RNT não está em condições de ser disponibilizado à consulta pública sem justificar de modo suficiente a necessidade da Empreitada na sua forma atual sem cais de passageiros e sem identificar condições que requeiram uma obra de proteção costeira.

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO

Após a leitura do EIA, a CA neste parecer tem a referir o seguinte:

Na sua estrutura, tanto o Relatório, como o Resumo Não Técnico, que constituem o Estudo de Impacte Ambiental apreciado, respeitam as diretrizes do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A para este tipo de volumes e não foram detetados erros graves que possam comprometer em definitivo a viabilidade de conformidade do conjunto com o disposto nos artigos 34.º, 35.º e 36.º do Diploma que define o Regime de AIA nos Açores.

Apesar do referido no anterior parágrafo, tanto o Relatório, como o Resumo Não Técnico enfermam de algumas imperfeições e lacunas de informação, que nalguns casos poderão ser colmatadas em fase de procedimento de RECAPE, como as modelações dos impactes do regime sedimentar e da agitação marítima na baía de São Roque e no interior das bacias portuárias e o levantamento arqueológico, outras omissões importa colmatar antes da emissão da declaração de conformidade do Estudo de Impacte Ambiental da Empreitada de Proteção

Costeira, Ordenamento da Baía e Cais de Passageiros do Porto de São Roque do Pico” por poderem ser fundamentais para a decisão final do presente procedimento de AIA.

Assim, a Comissão de Avaliação do EIA ao abrigo do n.º 4 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, considera que antes de o presente procedimento de AIA prosseguir para a fase de Consulta Pública, devem ser introduzidos vários melhoramentos no Estudo de Impacte Ambiental de acordo com o referido nos pontos anteriores do presente parecer e colmatadas as lacunas abaixo indicadas:

- Incorporar no Relatório e no Resumo Não Técnico a razão da exclusão do Cais de Passageiros e o fundamento da obra ser ainda necessária apesar da não construção desta valência, tendo em conta que se é possível remeter os interessados técnicos para a leitura da Memória Descritiva, tal não é consistente com os destinatários do Resumo Não Técnico face aos objetivos deste volume;
- Justificação da não utilização de explosivos nas ações de desmonte de estruturas existentes e de rochas de modo a permitir que a inexistência de uma caracterização da situação de referência da estrutura dos imóveis mais próximos da frente de obra e da não propositura de uma metodologia de avaliação dos impactes e de monitorização de vibrações;
- Melhor caracterização do risco de galgamento e de erosão costeira na situação de referência que justifique a necessidade de construção de uma estrutura de proteção costeira;
- A revisão da caracterização da vegetação na zona permanentemente emersa contígua ao projeto;

Relativamente ao indicador “Recursos Hídricos”, nomeadamente as águas interiores superficiais e subterrâneas, dada as sérias incorreções identificadas na caracterização da situação de referência e posteriores incongruências identificadas ao nível da identificação, avaliação e propostas de mitigação dos impactes ambientais, sugere-se a reformulação do seu conteúdo por forma a enquadrar devidamente o projeto com a situação de referência, identificação dos impactes decorrentes do projeto e respetivas propostas de mitigação.

Neste sentido, propõe-se que, inicialmente, seja efetuado um levantamento dos cursos de água e aquíferos existentes na área do projeto, e na área entre as áreas de empréstimo e depósito de materiais sobrantes, tendo em conta a informação constante nos planos de gestão territorial, de modo a ser possível proceder a uma melhor identificação e avaliação dos impactes, bem como das respetivas propostas de mitigação.

No que se refere às águas balneares devem ser identificadas as 3 zonas balneares definidas no POOC e atualizados os impactes resultantes sobre cada uma das mesmas .

- Julga necessário proceder ao enquadramento na Carta de Ocupação de Solo dos Açores (COS.A);

- No que se refere à minimização dos impactes ambientais, na fase de construção e na fase de desativação, deverá ser obtido parecer favorável por todas as entidades com jurisdição na área, mediante cumprimento dos seus condicionalismos, caso aplicáveis. Para além disso, tanto na fase de construção, como na de exploração e na de desativação deverá ser assegurada a manutenção das condições de salubridade, sem prejuízo dos objetivos estipulados para as respetivas áreas;

Uma vez que os exemplares do Estudo de Impacte Ambiental recebidos na Autoridade Ambiental apenas se encontram em suporte digital, a CA considera que os melhoramentos e colmatações acima referidos, por uma questão de fluidez de leitura, devem ser efetuados de modo integrado no texto do Relatório sob a forma de reformulação ou correção dos Tomos, em detrimento da opção por um aditamento, tendo em conta que este modo de aperfeiçoamento é permitido no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, sendo que no Resumo Não Técnico este modo é mesmo obrigatório.

Assim, a CA concede um período de 30 dias úteis para a implementação das alterações acima expostas, sob pena de o procedimento não prosseguir se este prazo não for respeitado sem a realização atempada de uma solicitação de prorrogação e justificação para o efeito, suspendendo-se, entretanto, a contagem de tempo até à receção dos elementos solicitados.

Todos os documentos que constituem o EIA e seus anexos, independentemente de serem ou não reformulados, devem ser, de novo, entregues na Autoridade Ambiental em suporte informático e acompanhados de quatro exemplares em papel dos mesmos para serem disponibilizados na fase de Consulta Pública do presente procedimento de AIA, admitindo-se que as peças desenhadas ou outras sejam apresentadas em papel com dimensão de folha A4 e, excecionalmente, A3, desde que se assegure a respetiva leitura.

Com a receção dos documentos reformulados e os exemplares em papel, a Comissão de Avaliação do EIA propõe que seja declarada a conformidade do EIA pela Autoridade Ambiental e o procedimento prossiga para a Consulta Pública, devendo este parecer ser igualmente disponibilizado à consulta com a restante documentação para conhecimento dos eventuais interessados das considerações desta Comissão.

Entretanto, o presente procedimento de AIA fica suspenso até à entrega de todos os documentos solicitados nos dois tipos de suporte acima mencionados.

A apreciação emitida pela Direção Regional da Cultura ao mesmo EIA aqui apreciado e efetuada de modo independente constitui o documento SAI-DRAC/2024/1965, de 21 de junho e segue em anexo a este parecer e deste faz parte integrante.

Açores, 5 de julho de 2024

A Comissão de Avaliação

Carlos Faria/Filipe Pires

César Furtado

Filipe Empis

José Carlos Machado

Alexandre Rodrigues

Ana Rita Dinis

P^{ra} Comissão de Avaliação

Carlos Faria
(Autoridade Ambiental)

César Furtado
(Entidade Licenciadora)